

ATA DA 139ª REUNIÃO DA CTIL

DATA: 24 e 25/05/2017

HORÁRIO: 9h às 17h

LOCAL: Sala CT-01, no Ed. Marie Prendi Cruz, localizado no SEP 505 – Lote 2, em Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

Ministério dos Transportes: Antonio Maurício Ferreira Netto (antonio.netto@transportes.gov.br)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Ausentes

Ministério do Meio Ambiente - SRHQ: Júlio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Eldis Camargo (eldis.camargo@ana.gov.br);

Ministério de Minas e Energia: Adão Martins Teixeira Junior (adao.junior@mme.gov.br);

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Rio de Janeiro/São Paulo: Livia Soalheiro e Romano (cerhirj@gmail.com);

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Paraíba/Bahia: João Fernandes da Silva (joaofernandes@aes.pb.gov.br); Mônica Portella Lima (monica.lima@inema.ba.gov.br);

Conselho Estaduais de Recursos Hídricos – Paraná/Distrito Federal: Ausentes;

Irrigantes: Fernando Costa Faria (Fernandogestaorh@gmail.com)

Irrigantes: Gustavo Santos Goretti (Gustavo.goretti@cna.org.br);

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br);

Indústrias: José Quadrielli Neto (jneto@cni.org.br);

Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Ubiratan Pereira da Silva (secexecutivo@aesbe.org.br);

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Luís Eduardo Freitas de Faria (luis.eduardo@cedae.com.br);

Comitês e Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Bento de Godoy Neto (aguasdegoias@gmail.com);

Organizações Não Governamentais – Fonasc: Ausentes;

Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Célia Regina Rennó (celia.renno@gmail.com);

DEMAIS PRESENTES:

Antônio Costa Lima Junior (juridico@aesbe.org.br);

Maria Aparecida Vargas (aparecidapimentelvargas@gmail.com);

RELATORIA:

Roseli dos Santos Souza (roseli.souza@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS: nos dias 24 e 25/05/2017, em Brasília, realizou-se a 139ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), convocada há 20 dias, sob a presidência do Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (SRHQ-MMA), tendo como Relatora a Sra. Roseli dos Santos Souza (SRHQ/MMA), da Secretaria Executiva do CNRH, e discutiu: **Item 1 – Abertura/Informes:** O Sr. **Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** iniciou a 139ª Reunião, às 9h15min do dia 24 de maio, agradecendo a presença de todos. Informou que a reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) estava agendada para os dias 28 e 29 de junho corrente. Discorreu sobre pauta da CTIL, com destaque para o Item 8 que diz respeito a proposta de resolução que compatibiliza as Resoluções CNRH 159/2014 (processo escolha dos representantes do CNRH) e 106/2010 (cadastro da

sociedade civil). Esclareceu que estava previsto para esta reunião a discussão sobre a alteração no regimento interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBHSF), que permitiu a reeleição do atual presidente do comitê. Matéria que foi encaminhada pela plenária da 36ª Reunião do CNRH para que a CTIL se posicionasse. Explicou que a Secretaria-Executiva do CNRH recebeu documento do CBHSF, solicitando o adiamento da discussão na CTIL, uma vez que o Sr. Anivaldo de Miranda Pinto, Presidente do CBHSF, estava impedido de realizar viagens por recomendações médicas. Considerando que a presença do Sr. Anivaldo seria fundamental para o entendimento dos fatos, a Secretaria Executiva decidiu por colocar o assunto na próxima reunião da CTIL. Não havendo questionamentos, abriu-se para as apresentações dos membros da CT. O **Sr. João Fernandes da Silva (CERH/PB)** fez uma indagação sobre o exercício da representação e da representatividade. Segundo ele, os colegiados comentem equívocos nos encaminhamentos das matérias e que os conselheiros deveriam participar das câmaras técnicas, para que não houvesse desgaste na plenária por falta de entendimento. Disse que ficou desmotivado pelo modo de funcionamento do Conselho e que talvez a CTIL pudesse se debruçar numa proposta de melhorar o funcionamento do Conselho e das câmaras técnicas. Observou que os conselheiros não estão sintonizados e que há um grande desistimo-lo para participação. Reclamou, em especial, da quantidade de material que é enviado para ser apreciado. Pediu para que fosse discutido o regimento interno para orientar as atividades das câmaras e do plenário. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** explicou que as câmaras técnicas são constituídas por 17 conselheiros, que podem indicar seus representantes. Enfatizou que, ao seu ver, o que ocorre é a falta de comunicação interna entre os representantes com seus conselheiros e vice-versa. A Sra. Sonáli Cavalcanti Oliveira (**Concessionárias/ABRAGE**) ratificou a fala anterior e enfatizou que faltava o exercício da representatividade e que esse assunto é recorrente na CTIL. Informou que no segmento que ela representa, a ABRAGE, após cada reunião se faz um relatório de atividade externa e encaminha ao conselheiro, que distribui a todos que são representados por ele. Para ela o que falta é um elo em algumas representações de quem está ocupando a vaga de assumir o compromisso de encaminhar aos seus representados o que foi discutido e as posições que foram assumidas. O **Sr. Wilson de Azevedo (Pescadores, Lazer e Turismo)** opinou que esta falta de comunicação acontece especialmente no âmbito do próprio governo federal. Retomando a palavra o presidente da CTIL agradeceu as observações e salientou que o que sempre pautou o conselho foi o consenso, porque a filosofia principal da lei é de que se tenha um processo participativo, democrático e descentralizado. Que seria muito simples discutir o tema e votar, mas que não é isto que a lei prevê. Dando seguimento a reunião, informou que tinha uma solicitação de inversão de pauta, para que o item 6 fosse apresentado logo após a aprovação da ata. A proposta de inversão foi aprovada pelos membros da câmara. **Item 2 - Aprovação da minuta da Ata da 138ª Reunião da CTIL.** A ATA foi aprovada com correções na redação, sugeridas pelos representantes João Fernandes Silva (**CERH PB/BA**) e Sonáli Cavalcanti Oliveira (**Concessionárias/ABRAGE**). Inversão de pauta. **Item 3 - Apresentação das Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020 (Resolução CNRH nº 181/2016).** Por representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (**SRHQ/MMA**). A **Sra. Adriana Lustosa**, Gerente de Projeto no Departamento de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente - MMA, responsável pela coordenação da revisão do PNRH, apresentou o histórico da revisão do PNRH 2016-2020. Ela informou que o processo de revisão teve início em 2015, sendo a consulta pública em 2016, a fim de definir as prioridades e metas para o horizonte 2016-2020. Os resultados foram aprovados pela Plenária do CNRH na reunião de dezembro de 2016, por meio da Resolução CNRH nº. 181/2016. Foram aprovadas 16 prioridades, associadas a 71 metas, sendo os principais executores, o MMA, a Agência Nacional de Águas – ANA, o CNRH e o CT-Hidro. Destacou que a tarefa da CTPNRH e da SRHQ agora é pactuar juntamente com os executores, o cumprimento das metas, etapas e seus prazos, a fim de facilitar seu acompanhamento. Por isso estava fazendo aquela mesma apresentação em todas as câmaras técnicas, e que estava agendada, também, uma reunião

com os presidentes das câmaras técnicas para apresentar os resultados da consultoria sobre a estratégia de implementação do PNRH. No que diz respeito às ações e metas do PNRH 2016-2020 que tem a CTIL como executora, cito a Prioridade 8 - Ampliar e fortalecer a participação da sociedade na gestão das águas, nas metas de (i) Revisar o Decreto que estabelece a composição do CNRH e (ii) Definir critérios de enquadramento e habilitação de instituições nos segmentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Ela informou que os resultados das consultas públicas, assim como a avaliação global do Plano, de 2006 a 2015, e a estratégia para implementação do Plano para o período 2016-2020, seriam publicadas. Finalizou, dizendo que o objetivo é encaminhar até ao final do ano a avaliação da execução das metas para deliberação na reunião plenária de dezembro. E que esse processo ocorreria todos os anos. A **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHQ)** agradeceu à atenção de todos e se colocou à disposição para demais dúvidas. A **Sra. Celia Rennó (ABES)** ressaltou a importância de levar as prioridades do PNRH numa discussão setorial, perguntou se havia previsão de que isso ocorreria. Deixou o convite para se discutir no Congresso da ABES. A **Sra. Adriana Lustosa (MMA/DRH)**, informou que as discussões aparecem nas parcerias e que para cada uma delas terá um arranjo específico. Agradeceu o convite e informou que o MMA/SRHQ participaria do referido congresso. **Item 4 - Proposta de Resolução que “Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2018”.** **Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança – CTCOB.** A **Sra. Adriana Lustosa da Costa, Gerente do DRH/SRHU/MMA**, explicou as motivações para se considerar as prioridades, ações e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, estabelecidas na [Resolução CNRH nº 181/2016](#), para a aplicação dos referidos recursos. Em complementação a Presidente da CTCOB, Sra. Livia Soalheiro e Romano, informou que a CTCOB avaliou como pertinente a utilização dos resultados da consulta do PNRH, uma vez que não haveria tempo hábil para realizar um novo processo para influenciar o exercício orçamentário de 2018. Finalizou informando que a CTCOB estabeleceu como meta trabalhar para o exercício de 2019, seguindo o que determina a [Resolução CNRH nº 70/2007](#). A **Sra. Eldis Camargo (ANA)** informou que a Agência tinha proposta de acréscimo para o considerando e para o artigo 1º, e que havia necessidade de fazer um histórico sobre a aplicação destes recursos provenientes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Geração de Energia – CFURH. Neste sentido, passou a palavra a Sra. Elisa Malafaia, Analista de Planejamento e Orçamento, responsável pela área de orçamento e planejamento da ANA. Ao se apresentar, a Sra. Elisa Malafaia informou que por nove anos foi conselheira do CNRH e representante da CTPNRH, pelo Ministério do Planejamento, e que neste período acompanhou e ajudou a elaborar algumas das resoluções afetas ao tema de prioridades de aplicação de recursos, prioridades do PNRH e Plano Pluri Anual do governo federal (PPA). Para ela, o ideal é que se unificassem estes três assuntos em uma única consulta, para que de fato possa influenciar o planejamento federal. Informou que, em 2015, o PPA Federal (2016-2019), que tem o Programa Recursos Hídricos, considerou as 22 prioridades, programas e subprogramas do PNRH, constantes da [Resolução CNRH nº 165/2015](#). Informou que não há incompatibilidade entre as Resoluções CNRH 165/2015 e 181/2016. Mas que essa última detalha em metas e ações. Neste sentido, manifestou sua preocupação em relação ao texto da proposta. Argumentou que, ao definir a priorização da aplicação dos recursos da cobrança nas prioridades, ações e metas do PNRH, sem a devida distinção, gerava-se um falso entendimento de que a ANA aplicaria recursos nas 71 metas do PNRH, e não somente naquelas das quais a Agência tem responsabilidade. Salientou, ainda, que faltou mencionar nas considerações a [Resolução CNRH nº 165/2015](#) que estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019. Enfatizou que qualquer gasto que a Agência faz deve constar do PPA. Destacou que, caso não houvesse alteração na proposta, teria dificuldades para apresentar o relatório de prestação de contas, pois os recursos da CFURH só estariam aplicados onde a ANA tem

competência para executar e financiar. Retomando a condução, o Presidente da CTIL iniciou a leitura da proposta de resolução. A Sra. Elisa sugeriu duas complementações. O acréscimo de um considerando remetendo a *Resolução CNRH nº 165/2015, e a inserção*, no final do art. 1, do texto: *respeitadas as competências da Agência Nacional de Águas*. No decorrer da análise foram realizados ajustes de redação, tais como alteração da palavra apenas por somente, no último considerando e, no art.1, a substituição da palavra água por recursos hídricos, que ficou com a seguinte redação: Art. 1º *A aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos referidos no inciso II, do § 1º, do art. 17, da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, deverá priorizar para o exercício orçamentário de 2018 as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, contidos na Resolução nº 181/2016, respeitadas as competências da Agência Nacional de Águas*. Realizadas essas alterações, a CTIL aprovou o texto final da proposta de Resolução. **Item 5 - Informe sobre a “Definição do conceito de Recursos Hídricos”, em atendimento a Recomendação nº 7 do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU). Por representante do Grupo de Trabalho instituído na CTIL.** O Sr. **Júlio Thadeu Kettelhut, Presidente da CTIL**, realizou um breve histórico da matéria, explicando que o assunto foi motivado pela solicitação da Secretaria de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente que encaminhou a proposta do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU), para que o CNRH se manifestasse sobre a definição de recursos hídricos. Salientou que a proposta do CNZU era muito extensa, além de abarcar não só a definição de recursos hídricos. Lembrou que na ocasião a CTIL realizou discussão sobre a necessidade de definição do termo “recursos hídricos”, e que naquela ocasião entendeu Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia deveria ser consultada. Informou que a CTCT analisou a demanda e apresentou a seguinte proposta: recursos hídricos é a água utilizada para fins ambientais, sociais e econômicos. Registrou, ainda, que a CTIL na 138ª Reunião entendeu como prudente não apresentar uma definição sobre recursos hídricos. Que isso poderia trazer implicações de ordem legal e econômica, além de fugir um pouco do que a área que atua com recursos hídricos entende sobre o tema. Para responder ao CNZU, criou-se um Grupo de Trabalho para redigir um documento, informando do entendimento da câmara e, principalmente, que as inquietudes que eles tinham com este tema estavam cobertas pela legislação ambiental ou por outras correlatas, e assim não haveria necessidade de definição. Passou a palavra a Sra. **Eldis Camargo (ANA)**, responsável por coordenar o GT. A Sra. Eldis informou que houve falta de comunicação entre os representantes do GT e que o Sr. Demétrios Christofidis (MAPA) teve problema de saúde. Devido a esses contratempos, o grupo não conseguiu avançar em uma proposta. Solicitou mais um prazo para ela elaborar o documento. O Sr. **Júlio Thadeu** sugeriu que a Sra. Eldis apresentasse uma proposta de texto para contribuições dos demais membros da CTIL. Enfatizou que o texto não iria definir o que é recursos hídricos e sim pontuar/justificar porque não há necessidade de se fazê-lo. E que caso alguém quisesse colaborar na elaboração do documento deveria entrar em contato com a Eldis Camargo. O Sr. **Wilson de Azevedo (Pescadores, Lazer e Turismo)** perguntou se o documento seria levado à plenária, ao que o presidente da CTIL informou que ainda não havia clareza de como se procederia neste caso. O Sr. **João Fernandes (CERH PB/BA)** considerou coerente o encaminhamento, segundo ele, na literatura é possível encontrar a definição de recursos hídricos. Por isso seria muito complicado que a CTIL apresentasse uma definição. **Item 6 - Dar conhecimento sobre a Moção nº 19/2017 do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba, encaminha por meio do Ofício Circular nº 010/2017/DIR, em que solicita que se adote providências para restaurar o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Goiás.** O Sr. **Julio Thadeu Kettelhut, Presidente da CTIL**, informou que a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos recebeu a Moção 19/2017 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. A norma aprovada pelo CBH foi motivada pela promulgação da Lei Estadual de Goiás nº 19.574, de 29 de dezembro de 2016, na parte que extingue o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Goiás e sua incorporação ao Conselho Estadual de Saneamento,

Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Explicou que o Comitê do Paranaíba fez a moção de repúdio a essa decisão e enviou a diversas autoridades, inclusive para o Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Solicitou ao Sr. Bento Godoy, Presidente do Comitê Paranaíba, para fazer as considerações sobre o fato. O Sr. Bento contextualizou em que situação se deu a fusão dos conselhos, por conta da reforma administrativa do Governo do Estado de Goiás. Segundo ele, a justificativa para extinguir estes conselhos foi de economicidade. Nessa junção, criou-se um conselho tendo como atribuição as áreas de saneamento, meio ambiente e recursos hídricos, no mesmo conselho, com um usuário que é o saneamento, e que foram criadas câmaras temáticas específicas. Ressaltou a preocupação com esse fato, pois até então somente o Estado do Acre não tinha conselho recursos hídricos e agora Goiás, também, entrava nesta situação. Argumentou como seria a representação de Goiás no CNRH, uma vez que o conselho criado ainda não foi operacionalizado. Entende que a temática de recursos hídricos é muito importante para ser apenas um apêndice dentro de outro conselho. Sugeriu, como encaminhamento, a elaboração de uma moção, solicitando que a representação de Goiás informasse na plenária do CNRH as motivações reais de se extinguir o conselho estadual. O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut, Presidente da CTIL**, manifestou sua preocupação com o retrocesso na gestão de recursos hídricos seja onde for. Com relação a situação de Goiás, questionou se nessa junção de conselhos se perdeu a atribuição de recursos hídricos. Caso sim, segundo ele, não haveria dúvidas de que não poderia participar do CNRH. Foram realizadas várias manifestações sobre essa problemática, notadamente dos representantes: Wilson de Azevedo, Eldis Camargo, Sonáli Oliveira, João Fernandes da Silva, Celia Rennó, Bento Godoy e Fernando Costa Faria. Sendo unânime o entendimento de que o CNRH, por ser o ente máximo do Sistema e por ter a competência de zelar pela Política Nacional de Recursos Hídricos não poderia se omitir frente a esse retrocesso. Também foi levantado que cada Estado, nas suas atribuições, tem o direito de fazer o que for necessário para sua administração. No entanto, questões de como seria a operacionalização deste novo conselho com multi objetivos precisavam ser respondidas, pois são essenciais para entender como se dará a própria continuidade do CERH de Goiás no CNRH. O **Sr. Wilson de Azevedo (Pescadores, Lazer e Turismo)** salientou que já não é a primeira vez que este tipo de situação ocorre, lembrou fato semelhante ocorrido no Estado do Paraná e que esse tipo de desestruturação do sistema de gestão de recursos hídricos não tem um procedimento ou uma metodologia estabelecida, por parte do CNRH para enfrentar essas situações. Para ele, seria fundamental uma diretriz para tratar esses assuntos e adotar sempre que fatos desta natureza ocorressem. A CTIL manifestou desconforto em tomar decisão sem ouvir um representante do Governo de Goiás. Acordou-se, assim, que a Secretaria Executiva convidaria o Secretário do Estado de Goiás para participar da plenária do CNRH, oportunidade em que poderia expor melhor os fatos e o Conselho decidiria qual encaminhamento a ser dado. A reunião retomou às 14h20min com o **Item 7 - Definição de propostas de pauta, considerando os temas prioritários encaminhados pelo CNRH e as Prioridades do PNRH 2016-2020**. O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut, Presidente da CTIL**, explicou que para propor uma agenda de trabalho para a CTIL seriam considerados os temas propostos pela plenária do CNRH e as prioridades, ações e metas do PNRH 2016-2020 - **Resolução nº 181/2016**. Informou que a proposta de trabalho para aquele dia seria de verificar quais assuntos competem a CTIL, qual a prioridade e, no caso das prioridades do Plano, verificar quais metas e os prazos que precisavam ser atendidos. Sendo assim, apresentou-se a planilha com os temas prioritários encaminhados pelo CNRH à CTIL, na qual foram analisados cada um dos temas, sendo incluídas as observações e justificativas a respeito de cada um deles, bem como quando havia correspondente com as prioridades do PNRH. Os resultados destas análises estão registrados na própria planilha, disponível entre os demais documentos resultantes da reunião, no portal do CNRH na aba da CTIL. Durante a avaliação, destaca-se a discussão de alguns dos temas sendo eles: (1)“Fortalecimento Institucional do CNRH conferindo maior compatibilidade entre sua organização, funcionamento, competências legais e o estágio de implementação do SINGREH”. O **Sr. Percy Soares Neto (CNI)** lembrou que cabe ao CNRH aprovar as prioridades para a aplicação

dos recursos provenientes da cobrança, sendo assim, o Colegiado pode indicar que um percentual seja aplicado para fortalecer a Secretaria Executiva do CNRH. Defendeu que é necessário apontar soluções com alguma concretude e objetividade e que, neste aspecto, o fortalecimento da Secretaria Executiva tem oportunidade concreta e competência específica do Conselho. Considerando que compete à Câmara Técnica de Cobrança analisar tal demanda, acordou-se que a CTIL solicitaria à CTCOB para que quando fosse discutir as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos oriundos do Setor Elétrico, que incluísse um percentual para o fortalecimento do CNRH. (2) “Criação de um Fundo Nacional de Recursos Hídricos”, o **Sr. Wilson de Azevedo (Pescadores, Lazer e Turismo)** manifestou não ser de todo improcedente a criação deste fundo, pois o sistema está baseado nos recursos do setor da geração de energia que vai para a ANA e outro percentual que vai para o MMA que é diluído e contingenciado. Então acha que a política não pode ficar somente com esta sustentação financeira, tem que obter outras fontes. Para ele, poderia estudar alguma forma de repasse de outras fontes de forma adicional. A **Sra. Sonali Cavalcanti (Concessionárias/ABRAGE)** informou que os montantes aportados pelo setor elétrico, praticamente sustentam o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos do país. O Sr. Bento Godoy opinou que a criação de um novo fundo não deve ser prioritária e sim fazer com que os estados e municípios utilizem aqueles recursos de forma correta. Foi apontado que essa proposta encontra respaldo nas prioridades 8 e 11 do PNRH (Resolução CNRH 181/2016). (3) “Natureza jurídica da cobrança pelo uso de recursos hídricos”. A respeito desse assunto foi consenso que o problema não é somente a natureza jurídica e sim como gastar de maneira mais ágil os recursos da cobrança. E para isso já havia um entendimento, no âmbito da CTCOB, de se realizar um seminário envolvendo a CTIL. O **Sr. Percy Soares Neto (CNI)** salientou que a maioria dos temas tratados estava previstos no Projeto Legado da Agência Nacional de Águas, inclusive com minutas de resolução, proposta de projeto legislativo, entre outros. Por isso, seria importante convidar a ANA para que apresentasse esse documento. Para ele, a sensação de quem está de fora é que são dois processos que estão andando em paralelo, e que o CNRH não estava participando dessa discussão. Ressaltou que o espaço para discutir o projeto antes de ir para a plenária é a CTIL. Precisavam saber quais são as propostas e como elas casam com o que se está propondo na CTIL. O **Sr. Bento Godoy (Comitês)** corroborou as falas do Sr. Percy Soares e, identificou que de temas afetos ao CNRH tinham o Regimento Interno, as Resoluções CNRH nºs 148 e 126. Como encaminhamento ficou de a Secretaria Executiva convidar a ANA para a próxima reunião. Encerrada a análise dos temas, foram definidos dois assuntos prioritários para a agenda 2017-2018 da CTIL, sendo eles: (i) Revisar o Decreto que estabelece a composição do CNRH; (ii) Revisão da Resolução 05 que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut**, informou que as prioridades do PNRH (Resolução 181/2016) de implementar a Resolução CNRH nº 106, de 23 de março de 2010, que institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos – COREH e a de definir critérios de enquadramento e habilitação de instituições nos segmentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, seriam tratados no próximo item da pauta. **Item 8 - Proposta de Resolução que compatibiliza as Resoluções CNRH 159/2014 e 106/2010.** Ao iniciar a discussão sobre o tema, a analista ambiental **Rachel Landgraf de Siqueira (SRHQ/MMA)** apresentou histórico e a justificativa para se compatibilizar a [Resolução nº 106/2010](#), que institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos (COREH), com o objetivo de manter, em banco de dados, registro de organizações cíveis de recursos hídricos para fins de habilitação para representação no CNRH e a [Resolução nº 159/2014](#), que define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações cíveis de recursos hídricos no CNRH. Explicou que os documentos exigidos pelas duas resoluções apresentam algumas divergências, que, apesar de tênues, podem trazer implicações jurídicas. Salientou que o objetivo principal é de uniformizar a documentação

prevista para os representantes da sociedade civil. O **Sr. Fernando Faria (Irrigantes)** lembrou que no Projeto Legado há uma proposta de colocar os comitês em um segmento diferente das organizações civis e que isso deveria ser levado em consideração na avaliação desta proposta de resolução. Foi ressaltado pela **Sra. Celia Rennó (OTEPS)**, que as implicações da norma recairiam, especialmente, nas ONGS, mas que não estavam presentes nesta ocasião. Em função das manifestações na Esplanada dos Ministérios, a Chefe de Gabinete da SRHQ/MMA, Claudia Albuquerque, solicitou a palavra para informar que seria prudente encerrar a reunião. Desta forma, a reunião foi interrompida e deu continuidade no dia seguinte, às 9h30min. O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut, Presidente da CTIL**, resgatou o que havia discutido no dia anterior e informou que era intenção da SRHQ/MMA fazer eleição eletrônica, mas que para isso precisaria aperfeiçoar e implementar a o normativo que estavam analisando primeiro. Sugeriu que a discussão sobre o texto desta proposta fosse realizada item por item, sendo incluídas as alterações de correção, retirada e inclusão do mesmo. As modificações foram feitas por consenso, sendo que aquelas com eventuais divergências foram anotadas e ao final retornou nestes pontos de destaque para aprimorar a redação. As principais alterações se deram nos artigos 5, 6, 9, 18 e 19. A proposta de resolução inova no artigo 6º § 2º ao listar instituições, vinculadas a ONGs, que não são passíveis de representação no CNRH. Esta relação teve por base aquela constante da Resolução Conama nº 292/2002, que disciplina o cadastramento das entidades ambientalistas no CNEA – Cadastro Nacional das Entidades Ambientalistas). A respeito desse assunto, ficaram algumas dúvidas sobre essa listagem, por isso será objeto de refinamento na 140ª Reunião da CTIL. Os membros presentes finalizaram a análise da proposta de resolução que ficou com a seguinte ementa: Define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e Secretarias Especiais da Presidência, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Institui o Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos. Para próxima reunião da CTIL será realizado o aprimoramento do artigo 6º § 2º. **Item 9 - Assuntos Gerais / Encerramento.** Por não haver mais itens de pauta para discussão, o **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut** agradeceu a presença de todos, encerrando a 138ª Reunião da CTIL.

ATA aprovada na 140ª Reunião da CTIL.

Júlio Thadeu Silva Kettelhut
Presidente

Roseli dos Santos Souza
Relatora